

Esplanada dos Ministérios à mingua

Repartições não têm nem verba para o cafezinho

Eli Teixeira
19 ABR 1992

BRASÍLIA — A falta de dinheiro finalmente bate às portas da burocracia do Ministério da Economia, o responsável pelas agruras vividas por setores importantes da sociedade como o Ministério da Saúde e os milhares de hospitais do Inamps ou conveniados. Na semana passada, depois de distribuir dezenas de garrações de 20 litros de água mineral por todo o prédio, a empresa Indaiá, do grupo cearense Edson Queiroz, mandou buscar de volta as embalagens ainda não abertas pelos funcionários depois que a secretária de Administração, Mary Brito, informou que não tinha dinheiro para pagar a conta.

Também no início da semana, o secretário nacional de Planejam-

to, Pedro Parente, o homem que sugeriu ao governo liberar apenas parcialmente as verbas do Orçamento da União deste ano, bem humorado tirou do bolso uma cédula de Cr\$ 10 mil e pagou uma nota de compra de café de Cr\$ 8.200,00. Desde o ano passado, o Ministério da Economia praticamente cortou as verbas para café e em todas as secretarias os economistas fazem rodízio semanal para pagar essa conta.

Nem de longe essas pequenas agruras da burocracia se comparam aos verdadeiros dramas dos hospitais, escolas e centros de pesquisa do país inteiro, mas mostram bem a que ponto chegou a situação do governo na política de ajuste fiscal a qualquer preço. A burocracia dos ministérios, que jamais imaginou ver a falta de dinheiro chegar às suas salas, já não sabe mais quando poderá contar com vale-transporte sem atraso ou mesmo ter cliques de escritório à vontade. O atraso na distribuição do vale-transporte do

Ministério da Economia já se tornou crônico a ponto de os funcionários repetirem indefinidamente a piadinha sem graça de que vão "chamar a fiscalização".

Conta-gotas — O Orçamento da União, que o Congresso aprovou em Cr\$ 157 trilhões, sofreu cortes próximos de 20% e os Cr\$ 127 trilhões que sobraram vêm sendo gastos a conta-gotas. Ele foi dividido em quatro parcelas e cada ministério só pode gastar num trimestre o quinhão que lhe foi destinado. Se não der, o secretário Parente lamenta e diz que nada pode fazer. Na semana passada, os funcionários do Serpro, encarregado de quase toda a computação do Serviço Público Federal, começaram a utilizar disquetes usados. Em alguns órgãos, há muito os disquetes são comprados pelos funcionários.

O Serpro, aliás, está sem presidente porque os convidados, ao tomarem conhecimento do salário (Cr\$ 3.900,00), apresentam as mais variadas desculpas para recusar. Na

quarta-feira, o secretário-executivo do Ministério da Economia, Luis Antônio Gonçalves, tentava pelo segundo dia convencer mais um convidado para o posto, quando foi perguntado pelo salário. O convidado ganha em uma empresa privada de São Paulo mais de Cr\$ 10 milhões por mês.

A cada dia, a falta de dinheiro mostra sua face e, no meio da semana passada, foi a vez dos funcionários da Embrapa. Por medida de economia, os elevadores de sua sede de três andares foram desligados, para baixar a conta de energia. "Cafezinho aqui é luxo há muito tempo. A ordem é cortar em tudo e preservar o dinheiro destinado às pesquisas", informa o presidente da empresa, Murilo Xavier Flores. Na tentativa de preservar um funcionamento mínimo aceitável, já se tornou comum hospitais reduzirem a variedade dos remédios de sua farmácia. O Hospital de Base de Brasília chegou ao ponto de manter apenas dois tipos de antibióticos.